

Se a gasolina e o gás de cozinha estão caros, imagine como será se venderem a Repar..

Foto: Orlando Kissner/Alp



Tadeu Veneri coordena o lançamento da Frente Popular e Parlamentar em Defesa da Soberania Nacional

O que vai atingir diretamente a todos os paranaenses é o impacto que a venda terá no preço da gasolina, óleo diesel e gás. Isto porque o país irá ficar dependente das importações das refinarias estrangeiras e não haverá mais nenhum controle de preços. A Repar responde por 12% da produção nacional de derivados.

A política de desmonte da Petrobras vai atingir em cheio os paranaenses. Programado pelo governo Bolsonaro em todo o país, o pacote de privatizações inclui a Refinaria Getúlio Vargas, em Araucária, a Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), de São Mateus do Sul e a fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados. A Repar está conectada por dutos ao porto de Paranaguá e São Francisco do Sul.

O sistema Petrobras no Paraná gera mais de cinco mil empregos diretos e mais de dez mil indiretos, que irão desaparecer com a privatização.

Mas o que vai atingir diretamente a todos os paranaenses é o impacto que a venda terá no preço da gasolina, óleo diesel e gás. Isto porque o país irá ficar dependente das importações das refinarias estrangeiras e não haverá mais nenhum controle de preços. A Repar responde por 12% da produção nacional de derivados.

A venda dessas três empresas também terá outros impactos para todas as cidades do nosso Estado. Isso porque reduzirá a arrecadação de impostos no Paraná em R\$ 2,4 bilhões, já que são a segunda maior fonte de ICMS do Estado, perdendo apenas para a Copel.

Sem contar os royalties que Araucária, São Mateus do Sul e Campo Largo deixarão de receber. Esses municípios recebem royalties porque abrigam as instalações de embarque e desembarque da empresa e também por conta da exploração do xisto. Em junho de 2019, os municípios arrecadaram R\$ 5, 8 milhões em royalties.

O futuro do país está à venda!!!

O petróleo é uma riqueza nacional. Foi com base na descoberta do Pré Sal, que agora está sendo leiloado para as companhias estrangeiras, que os governos do PT formularam um projeto de desenvolvimento nacional. A exploração do Pré Sal e a venda do petróleo para o resto do mundo garantiriam um volume de recursos muito grande para a educação, a saúde, a ciência e a tecnologia.

Significaria dobrar o investimento em educação, como está previsto no Plano Nacional de Educação, gerar novos empregos e avançar tecnologicamente. Seria o grande passo para um processo de transformação social e a garantia de vida digna para a população brasileira.

Como os preços foram subindo

Em outubro de 2016, no governo Temer, a Petrobrás anunciou uma nova política de preços para se adequar aos valores do mercado internacional. Paralelamente, a produção nacional foi reduzida e o país aumentou a importação de derivados de petróleo. Com isso, os preços de venda do diesel, gasolina e gás de cozinha passaram a acompanhar a flutuação do dólar e foram sendo reajustados sucessivamente.

Lá vêm os estrangeiros

As companhias estrangeiras estão de olho na Petrobrás para assumir o controle de um dos maiores mercados consumidores de combustíveis e derivados, o sétimo no mundo. E com previsão de crescimento de 1,8% ao ano até 2030.

Estas empresas não vão fazer nenhum investimento para ampliar a estrutura já existente. A construção de novas refinarias, gasodutos, oleodutos e terminais é cara e leva anos. Para eles, é muito mais interessante e barato comprar o que já foi construído pela Petrobras. Estão fazendo o que já foi feito antes. Vender nosso patrimônio público, no qual investimos muito, para grupos privados nacionais lucrarem.

Precisamos reagir à venda das nossas riquezas!

A extrema pobreza cresce no Brasil

Um estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra que, em 2018, 25,3% da população brasileira se encontrava abaixo da linha da pobreza. Isso significa que um em cada quatro brasileiros viveu com menos de R\$ 420 por mês ao longo do ano – menos da metade do salário mínimo vigente na época, que era de R\$ 954.

Os dados constam na Síntese de Indicadores Sociais (SIS) que apontou, também, que a crise levou o Brasil a bater recorde do número de pessoas em situação de extrema pobreza,

além de elevar os indicadores de desigualdade ao nível mais alto da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012.

Os números mostram que o Pacote Guedes/Bolsonaro está aprofundando a desigualdade social e destruindo o pouco que tínhamos de um modelo de estado de bem-estar social.

Em 2018, o país o caiu uma posição no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), referência mundial em medida de bem-estar da população?

O BRASIL NA CONTRAMÃO DO MUNDO

Enquanto no Brasil e no Paraná, os governantes querem privatizar todos os serviços públicos e estatais, no mundo, a tendência é oposta. Uma pesquisa realizada pela entidade holandesa Transnational Institute (TNI), mostrou que entre 2000 e 2017, houve a reestatização de mais de novecentas empresas. A maior parte da reestatização foi registrada na Europa, mas o fenômeno também se deu no Japão, Argentina, Índia, Canadá e Estados Unidos. Os norte-americanos

reestatizaram 69 empresas.

A principal razão para o Estado retomar os serviços e companhias está no desinteresse do setor privado que prefere se retirar quando não consegue obter altos lucros e é obrigado a fazer investimentos. E serviços públicos de qualidade custam caro.

No Brasil, o governo promete vender tudo neste 2020. Entre as empresas nacionais, além da Petrobrás, estão Correios, Telebras, Casa da Moeda e Serpro.

Você sabia que...

... o Conselho Nacional dos Direitos Humanos aprovou uma recomendação para o governo Bolsonaro adequar-se imediatamente ao Programa Nacional de Direitos Humanos?

... Bolsonaro e sua gestão violaram 36 vezes o programa, instituído por lei em 2009?

.... em 2019, o número de milionários no Brasil chegou

a 259 mil, o que representa um aumento de 19,35% em comparação com o ano anterior, quando eram 217 mil milionários?

.. na América Latina, nove mulheres são assassinadas por dia, vítimas de violência de gênero. A região, segundo um relatório da ONU Mulheres, é o local mais perigoso do mundo para elas, fora de uma zona de guerra?

Escolas têm prazo de um ano para estruturar atendimento psicológico a estudantes

O Congresso Nacional derrubou o veto integral do presidente Jair Bolsonaro à proposta que garante atendimento psicológico aos alunos das escolas públicas do país. Com isso, volta a valer o texto do PLC (Projeto de Lei da Câmara) 60/2007, aprovado em setembro do ano passado.

A partir de agora, é obrigatório que as escolas do ensino básico ofereçam serviços de psicologia e de serviço social para os estudantes. A lei estabelece o período de um ano para que os sistemas de ensino e saúde se preparem para prestar o atendimento. De acordo com a lei, o serviço deve ser prestado por psicólogos vinculados ao SUS e por assistentes sociais vinculados aos serviços públicos de assistência social.

Uso de verba pública tem que ter comprovação!

Nosso mandato votou contra o projeto de resolução da Mesa Executiva da Assembleia Legislativa que alterou as regras de uso da verba de ressarcimento, que cobrem as despesas relativas ao mandato, como combustível e telefone. Pelas novas normas, os parlamentares podem usar a verba de ressarcimento para cobrir gastos com viagens relacionadas à atividade,

mas sem necessidade de apresentar as notas fiscais das despesas.

Anteriormente, era possível usar as verbas para pagar despesas de locomoção, hospedagem e alimentação, mas desde que com a comprovação documental dos gastos. Nós nos posicionamos contra a mudança porque sempre defendemos a transparência do uso dos recursos públicos.

O RETROCESSO NOS ASSOMBRA!

Incitamento ao ódio, estímulo à violência, intolerância racial, de gênero e rejeição das regras democráticas são alguns dos sinais emitidos pelo governo Bolsonaro no ano passado. E que nos deixam apreensivos sobre o futuro da democracia no país.

A tendência ao autoritarismo, demonstrada pelo atual governo, é assustadora. O desrespeito às liberdades civis, culto à ditadura e outras manifestações não são apenas discursos. Refletem a prática diária de um grupo que vem tentando reescrever a história do país e cuja visão de mundo se reflete não apenas na economia e na política, mas em todas as outras áreas como meio ambiente e cultura.

Nosso país já viveu uma ditadura. Muitos jovens não têm a dimensão do que isso significa. Mas o que estamos vivendo é grave. A contestação, a denúncia e a resistência devem substituir uma aparente apatia que parece dominar nossa sociedade. Não se intimide. Essa é a única forma de enfrentar o avanço do fascismo.

Mudanças na previdência PENALIZAM MAIS POBRES



Veneri contestou sessão fechada na ópera de Arame, onde governistas aprovaram a reforma

A reforma da previdência dos servidores públicos estaduais repetiu o que o governo Bolsonaro fez no plano nacional. A Emenda Constitucional e outras duas leis tornaram muito mais difícil o acesso à aposentadoria e pensões, reduziu os benefícios e criou oportunidades para os fundos privados de previdência. Aprovou-se um modelo que penaliza os servidores que ganham menos, a maioria do funcionalismo público.

Além de votar contra as propostas, divididas em três leis, nossa bancada de Oposição na Assembleia Legislativa ingressou na Justiça para tentar cancelar as votações, que foram feitas de forma irregular, sem respeito aos prazos regimentais.

A reforma também fixou um teto

de aposentadoria para os servidores, que será igual aos dos trabalhadores da iniciativa privada, atualmente de R\$5,8 mil. Também foi criado um sistema complementar de aposentadoria, que exige uma contribuição mínima de 7,5%, além dos 14%, para aqueles que quiserem receber um benefício maior do que o teto.

“O governador Ratinho Junior quis fazer a toque de caixa, sem debater com os servidores públicos, sem nenhum diálogo. Estamos falando de uma lei que vai mexer com a vida de mais de trezentos mil servidores diretamente, mas que irá afetar também os 399 municípios do Estado. Estamos vivendo um processo de desconstrução do serviço público”, avaliou o deputado Tadeu Veneri.

Greca piora oferta de vagas em creches

As mudanças no modelo de contratação de creches conveniadas com o município de Curitiba trouxeram um grande transtorno às famílias de Curitiba que necessitam do serviço. Sob o pretexto de aumentar o número de vagas para crianças de zero a três anos, o prefeito de Curitiba, Rafael Greca (DEM), desalojou as crianças de quatro e cinco anos, mandando-as para a rede municipal de ensino, onde não terão atendimento integral.

O deputado Tadeu Veneri, como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa, esteve com a comunidade



Audiência pública ignorada pelo prefeito de Curitiba

debatendo essa situação em uma audiência pública onde se pediu a revogação do decreto que alterou as regras. Mas a prefeitura manteve a decisão e muitas entidades não deverão continuar prestando serviços. E as famílias terão dificuldades para conseguir vagas para as suas crianças este ano. Das 73 instituições que ofertavam vagas para o município, apenas 39 se inscreveram para continuar o atendimento.

Nosso mandato pelo Paraná!



No Colégio Estadual Maria Balbina, em Curitiba, conhecemos um projeto de educação ambiental desenvolvido pela escola e comunidade. Juntos, eles cultivam uma horta usando a compostagem de resíduos orgânicos e produzindo alimentos saudáveis para a merenda escolar.



Em Guaratuba, visitamos Colégio Estadual Joaquim Mafra, Colégio Estadual Zilda Arns e Colégio Estadual 29 de abril. A educação é uma das prioridades deste mandato.



Na comunidade Guaiaca dos Pretos, município de São João do Triunfo, na Inauguração da agroindústria de processamento de milho crioulo ecológico, livre de transgênicos. É uma iniciativa para fortalecer a agricultura familiar e camponesa na região centro-sul do estado.



Em Marialva, com a Neusa e o Valdomiro Malvezzi, que produzem uva no sistema orgânico. Sem agrotóxicos.



Para conhecer a Prestação de Contas do mandato, acesse: <http://transparencia.alep.pr.gov.br/>

ASSESSORIA: Augusto, Altair, Eli, Derek, Everson, Gelson, José, Mafalda, Nice, Paulo, Zecão, Regina, Roni, Samuel e Carlos COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS: Luis e Tais JORNALISTA RESPONSÁVEL: Elizabete Castro – (2252PR) TIRAGEM: 70 mil IMPRESSÃO: WL Impressões.

“Queremos nossa escola pública de volta”

O ano de 2020 começa desafiador para a educação pública no Paraná, onde se instalou a lógica empresarial. O professor da rede pública estadual Luiz Carlos Paixão da Rocha, diretor Executivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e especialista e mestre em educação, explica o que está acontecendo com o ensino público estadual e quais são as possibilidades de retomada do caráter público da educação.

Para Todos: Quais as mudanças que a posse do governo Ratinho Junior trouxe para a política de educação no Estado?

Professor Paixão: Vivemos um período muito difícil na educação e no serviço público em geral. Tanto o novo governo federal quanto o estadual são adeptos da concepção do Estado Mínimo. Nesta visão, também conhecida como neoliberalismo, há uma drástica redução dos investimentos nas políticas sociais, entre estas a educação. Estes governantes não veem o Estado como um instrumento de garantia de direitos e promoção políticas para a redução das desigualdades sociais. Ao contrário, colocam o Estado ao serviço dos interesses do mercado e da ampliação do lucro dos grandes grupos econômicos.

Para Todos: Como se traduz essa concepção do estado mínimo na prática?

Professor Paixão: Essa redução do Estado é materializada através dos constantes ajustes fiscais, que têm, especialmente, como alvo o funcionalismo público, que de atores indispensáveis para a promoção de direitos passam a ser vistos como privilegiados e marajás, como se fossem inimigos a serem combatidos pelos governantes. Assim, aqui no Paraná, a troca de governo acentuou o quadro de desvalorização e desmotivação dos professores e funcionários de escolas do Paraná. As políticas públicas construídas nos últimos anos, pós-constituição de 88, de fortalecimento do caráter público da educação estão sendo jogadas no lixo. A sensação é que temos um governo inimigo dos educadores e educadoras do Paraná. Além da desvalorização, o crescimento de rotinas burocráticas, vigilância e controle sobre os professores e funcionários aumentou de forma assustadora. Todo este controle colide com uma das coisas mais essenciais e belas do processo educativo, que é a liberdade de ensinar e aprender. Não se quer mais uma educação que torne seres humanos melhores, na perspectiva do conhecimento e de inserção autônoma na sociedade. O que se quer agora são jovens competitivos para inserção de forma subalterna no mercado de trabalho.

Para Todos: O que o senhor destacaria entre os principais efeitos do primeiro ano de Ratinho Junior na educação pública do nosso Estado?

Professor Paixão: O desespero pela busca da melhoria dos índices do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a qualquer custo, e a adoção de uma

lógica empresarial para a gestão do sistema. A busca desmedida para melhorar os dados do IDEB foi uma das marcas da gestão do governo Ratinho na educação. Contraditoriamente, o aumento destes índices, não resultará em melhoria da qualidade de fato do ensino ofertada as nossas crianças. Você pode perguntar, mas a elevação do IDEB não é um indicador de qualidade de ensino? É, mas a mensuração da qualidade de ensino não pode se restringir a ele. O IDEB é composto a partir de várias vertentes, entre estas a taxa de abandono e evasão escolar, índice de reprovação, aproveitamento escolar, entre outros. A aquisição dos conteúdos escolares não é o único fator em avaliação para compor o IDEB. O secretário de educação buscou medidas administrativas e mecânicas, como a tentativa de retirar estudantes faltosos do sistema (daí não seriam contabilizados para o cálculo de taxa de evasão), reduzir drasticamente a oferta do ensino noturno, em que a taxa de evasão é maior, e instituiu ao final do ano, o tal programa Se Liga, que objetivou reduzir de forma brusca as taxas de reprovação escolar.

Para Todos: E qual foi o resultado dessas medidas para a melhoria da qualidade do ensino, sem considerar a classificação no Ideb?

Professor Paixão: Não necessariamente irão se traduzir na melhoria da qualidade do ensino. Na mesma linha, o governo instituiu a controversa Prova Paraná, um mecanismo mais de controle do que instrumento pedagógico de apoio e avaliação global do processo de ensino e aprendizagem. Acredito que os instrumentos utilizados aqui no Paraná para a ampliação do IDEB serão vendidos como receita de sucesso para outros municípios e estados. A qualidade em si, é só um detalhe.

Para Todos: O perfil do secretário contribuiu para o predomínio dessa lógica?

Professor Paixão: O atual secretário de educação não tinha nenhuma ligação com a escola pública paranaense. Não acompanhou os grandes embates, as grandes lutas pela democratização do acesso e pela melhoria da qualidade da educação em nosso Estado. Um estranho no ninho. Outro aspecto é a implantação de uma lógica empresarial na educação pública do Paraná. Como se a escola fosse uma empresa, Feder tenta implantar no espaço público, um rol de medidas totalmente contrárias ao papel civilizatório do processo educacional. O conhecimento deixa de ser um direito fundamental e universal. A construção da autonomia intelectual dos estudantes deixa de ser prioridade. A escola passa a ser, um espaço limitado a ofertar domínio de algumas técnicas e competências para a inserção rebaixada de nossos jovens mercado no trabalho. Educa-se para o mercado e não para a vida.

Para Todos: E nas outras áreas do serviço público estadual, qual o impacto deste governo?

Professor Paixão: A lógica é a mesma. Redução do caráter público do Estado, minimização da importância das políticas sociais e um processo de desvalorização e criminalização do funcionalismo público. Por trás de um

O governo trata os educadores como inimigos



Foto: Joca Madruga

discurso de austeridade, Ratinho elegeu o funcionalismo público como inimigo do Paraná. Atrás do discurso do combate aos privilégios arrocham salários, destroem carreiras e atacam brutalmente os servidores de carreira de menor faixa salarial no Estado.

Para Todos: Quais são os desafios para 2020?

Professor Paixão: O ano de 2019 terminou com um verdadeiro caos na educação do Paraná. O fechamento de várias turmas em todo o Paraná, e a tentativa de fechamento da oferta do ensino noturno criou uma série de instabilidades, trazendo assim uma completa desagregação de todo o sistema. Iniciaremos o ano de 2020 com um grande desafio. Precisamos recuperar e reconstruir a escola pública do Paraná. Precisamos de tranquilidade para exercer nosso trabalho. O governo não pode se comportar como algoz dos educadores. Precisamos urgentemente enfrentar o quadro de adoecimento presente em nossas escolas. É alarmante o número de professores e funcionários adoecidos em virtude da exaustão profissional. Precisamos urgentemente de concursos públicos para enfrentar o processo de precarização do trabalho na escola realizado hoje através da contratação PSS. Precisamos da instituição de uma política sólida de formação continuada, com programas como PDE. Precisamos da nossa hora-atividade para que nossas casas, nossas madrugadas deixem de ser extensão do trabalho e sim espaços de descanso e lazer junto aos familiares. Precisamos que seja implantado no Paraná uma política sólida de valorização salarial e profissional dos professores e funcionários, a partir do respeito à Lei do Piso Nacional. Precisamos de uma melhor infraestrutura para exercer o nosso trabalho.

Para Todos: Existe uma forma de levar o governo a rever essa política para a educação e o serviço público?

Professor Paixão: A alteração do quadro que enfrentamos hoje só se dará de forma coletiva e organizada. Não podemos permitir que os ataques à nossa profissão e à escola pública continuem! Estes são ataques contra o povo paranaense. Precisamos resistir, ousar e iniciar um novo ciclo de lutas e conquistas. Só assim faremos de nossas escolas um lugar de encantamento, de curiosidade, de produção de conhecimentos, e especialmente, de produção de esperanças para o futuro de nossa gente. Enfim, queremos a nossa escola pública de volta.

Informativo do Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri

Nossa Senhora da Salete, s/nº - 8º Andar - gabinete 804

Curitiba - Paraná - CEP 80530-911 | **Telefone:** (41) 3350-4094

Página: www.tadeuveneri.com.br | **E-mail:** tadeuveneri@terra.com.br

Twitter: twitter.com/tadeuveneri | **Funpage:** facebook.com/tadeuveneri

